

YÁZIGI, EDUARDO. O MUNDO DAS CALÇADAS. POR UMA POLÍTICA DEMOCRÁTICA DE ESPAÇOS PÚBLICOS. SÃO PAULO: HUMANITAS/IMPRESA OFICIAL, 2000.

FRAYA FREHSE*

Resultado da tese de livre-docência desse estudioso do planejamento urbano e regional e, em particular, do turismo, acerca do qual possui inúmeras publicações, *O Mundo das Calçadas* é a primeira incursão abrangente do professor de geografia da USP, Eduardo Yázigi, na temática das calçadas. Isso implica um compromisso explícito com um planejamento voltado a “humanizar a cidade”. Para tanto, seria necessário focar “os aspectos mais envolventes do que acontece em meio a nossa circulação” pelas ruas. No foco estão as vicissitudes do ser pedestre; valoriza-se a “dimensão corpórea” porque, em termos teóricos, a calçada não se restringiria ao espaço físico (à área adjacente a estradas, vielas e ruas; a passagens, passarelas, pontes, escadarias e outras extensões virtuais da calçada; a áreas de pedestres em locais semipúblicos como galerias, *shopping-centers*, passagens públicas sob edifícios, etc.). Ela seria também – e sobretudo – as relações sociais que nela se dão; carregaria nela dimensões dos “pedaços” do antropólogo urbano José Guilherme Cantor Magnani (1984).

Eis que a ponte com a antropologia se faz. E o estudo se torna singular tanto para planejadores quanto para antropólogos brasileiros, pela forma pioneira como explora uma temática à primeira vista inapreensível; afinal, como cercar metodologicamente um objeto ao mesmo tempo tão ínfimo e tão gigante? Por um lado, precisamente por seu caráter intermediário (definem-se enquanto tais por sua localização física entre a casa e a rua), as calçadas podem suscitar a impressão de serem apenas detalhes menores em meio ao que verdadeiramente importaria: a casa, a rua. Por outro lado, há calçadas em todo lugar, o que faz delas analiticamente espaços quase infinitos. Pois é exatamente essa dupla complexidade que Yázigi se empenha em enfrentar.

O autor explicita seus objetivos como sendo: “a) contribuir para a formação da identidade da cidade; b) buscar um trabalho de síntese que, articulando as melhores proposições e imaginando outras, chegue a *faire le point*, a mostrar como fica o balanço da questão das calçadas; c) explorar teoricamente os aspectos públicos da territorialidade urbana da cidadania, muito mal definidos que, finalmente, conduz a d)

* Doutoranda, PPGAS - USP

definir as linhas mestras de uma reformulação da política de espaços públicos no que diz respeito a calçadas”. Subjaz à formulação uma concepção bem precisa do que devam ser as calçadas destinadas à população, de quais devam ser suas funções. Se a preocupação de fundo é entender as calçadas paulistanas sem confundi-las em nenhum momento com as do “*flâneur* baudelairiano” – argumento que abre o livro –, esses espaços pertencem a ruas que, “entorno, amparado em sua inter-relação com as edificações lindas”, devem ser um “direito” de todos para que a “democracia” exista. Ora, nesse sentido retornamos sim a paradigmas políticos historicamente gestados para as ruas européias. A “cidadania” incluiria também, dentre as quatro “gerações de direitos” que a definiriam, o “direito ao entorno e proteção do consumidor”. Um pressuposto de fundo político bem específico norteia a apreensão da dinâmica física e social das calçadas. E essa concepção é assumida como universalmente válida e almejada por todos; o intuito do planejamento seria precisamente traduzi-la em políticas públicas para o espaço. No interior desse universo de referências, não surpreende que o autor se proponha a “articular” as “melhores” proposições em favor de uma suposta “territorialidade urbana da cidadania”.

Ter em mente esse aspecto permite compreender melhor a estrutura da obra, constituída por dezoito capítulos distribuídos em três partes: “I. o que eram as calçadas no passado; II. o que são hoje e III. o que poderiam ser no

futuro”. Primeiramente, importa “definir o processo de apropriação do espaço público de São Paulo” desde o início da povoação, em 1554, até 1988, quando foi promulgada a mais recente Constituição. Para tanto, vale analisar sobretudo a legislação sobre a “vida pública e, por conseqüência, suas repercussões no espaço”, elaborada para o Brasil e São Paulo durante esse período. Num segundo momento, a ênfase recai sobre os tipos de atividade e personagens das calçadas paulistanas hoje – contempladas geograficamente segundo um “eixo expandido” entre o centro da cidade e as zonas norte, sul, leste e oeste; e, temporalmente, sobretudo na primeira metade dos anos 90, aos quais se referem os dados qualitativos, quantitativos e as observações de campo.

Esses dois blocos fornecem o lastro empírico para que, na parte final, o autor elabore uma proposta de planejamento para o “entorno” com base nas calçadas. Isso implica retomar considerações teóricas sobre o planejamento do espaço público formuladas nos contextos americano e europeu, mas também apontar alternativas de organização do cenário físico, da economia e da sociologia das calçadas; em suma, um “microplanejamento do espaço público”. E há mais: além de pautar-se em observações de campo, fotografias próprias e em fontes secundárias sobre as ruas da asiática Cingapura para repensar “situações de impasse” como a das ruas paulistanas em relação à díade “civildade-cidadania”, Yázigi apresenta dados de uma enquete sobre a percepção

do espaço público paulistano realizada com 200 pessoas, nas ruas em 1995.

Essa estrutura argumentativa deixa entrever um peso grande conferido à história num primeiro momento; a dados etnográficos num segundo; ao planejamento urbano por fim. E isso apesar de o autor não explicitar estar escrevendo, nos primeiros dois terços do livro, uma história e uma etnografia – o que é, aliás, significativo. Yázigi não reconhece abertamente algo tão freqüente na historiografia e na antropologia desde as descobertas dos pós-modernos, nos anos 70: que, em termos epistemológicos, os argumentos e avaliações do autor são *leituras* sobre o objeto; não são o objeto “em si”.

As referências metodológicas da obra, “espinha dorsal” das três partes do livro, são “conflito e anomalia”, que deveriam ser melhor “conhecidos” para ambos serem “atenuados”: conflitos históricos entre o espaço físico das calçadas e certos tipos de uso; entre as leis a elas referidas e a “relação público-privado, comprometendo a construção dos aspectos espaciais da cidadania”; entre a economia informal e o comércio formal e, freqüentemente, a circulação; entre o “lumpen, consistente de prostituição, mendicância, etc.” e os “padrões morais de cada tempo”; entre a sociabilidade/lazer e o espaço para sua manifestação. Assim, deparamo-nos novamente com o paradigma de fundo “democracia no espaço público”, só que, dessa vez, traduzido em definições bem peculiares do que seria “conflito” na rua. E a dúvida que permanece é se

o que é conflito para o autor o é também para os agentes respectivamente envolvidos nas situações de suposto “conflito”...

Nas três partes Yázigi busca caracterizar os “conflitos” com enorme erudição. O leitor é por vezes defrontado com instigantes rastreamentos históricos: por exemplo, sobre os primórdios históricos das palavras “mascate” e “camelô”; sobre as origens do pavimento de mosaico, comum em São Paulo a partir dos anos 20, ou mesmo sobre a origem romana e cristã da ordenação jurídica do espaço público ibérico e, conseqüentemente, brasileiro. Possivelmente, nesse último caso, seja menos imediata do que formulada, a suposta “influência” de códigos bem específicos, romanos e portugueses, sobre o que seria a realidade socioespacial historicamente vigente no Brasil urbano.

Além da erudição, destaca-se a riqueza dos dados. Um dos momentos etnograficamente altos do livro ocorre quando o autor, baseando-se em memórias orais, escritas e na historiografia, trata dos tipos de comércio ambulante vigentes nas ruas paulistanas da virada do século XX; mas também, mais adiante e com base em Florestan Fernandes (1961), quando descreve lazer e brincadeiras comuns nas ruas da época. A profusão de detalhes supera o problema metodológico subjacente às descrições: o não-tratamento das fontes primárias respectivamente utilizadas, dificultando que o leitor avalie o teor das representações em jogo.

Em outros momentos importantes, sobretudo na segunda parte do livro, são apresentados dados e fotos – do autor, em anexo – atuais sobre as ruas de São Paulo. Aprendemos, por exemplo, que o metro quadrado de uma banca de jornal pode chegar a custar, dependendo do local, 10 mil dólares. Por sua vez, a enquete da terceira parte, sobre a percepção social do espaço público, indica que “os problemas que menos incomodam a população são: publicidade em canteiro de plantas; remendo nos desenhos das calçadas; mesas de bares e restaurantes que ocupam o passeio; guardadores de carros e fachadas feias”.

Os dados apresentados deixam intuir a relativa falta de trabalhos acadêmicos sobre as atividades sociais em curso nas ruas paulistanas do presente. As informações do autor advêm sobretudo de jornais, organizações não-governamentais, secretarias ou departamentos de governo, afora fontes originais, como o serviço telefônico de ocorrências policiais “190”.

Ressalte-se, além dos dados, a originalidade das observações de campo. Yáziği detecta, em lugares como a Rua Sete de Abril, a presença de lixeiras a menos de três metros de distância uma da outra, enquanto outros lugares padecem da absoluta falta desses equipamentos. É uma pena apenas que não raro os argumentos não sejam justificados. Sem qualquer comprovação suplementar, o autor comenta a certa altura que não vingaram, nos projetos paulistanos de “cidades-jardins”, originalmente inglesas, as áreas comuns nos fundos dos lotes, por não “estarem no espírito das elites daquele tempo (...).

As elites se tornavam mais zelosas de suas intimidades e tal espaço se prestaria muito a *chacrinhas* e fofocas entre empregados e motoristas”.

Com efeito, os dados apresentados com frequência são apenas parcamente contextualizados; seus fundamentos metodológicos, portanto, permanecem ininteligíveis para o público não familiarizado com as fontes. Ao serem fornecidos, por exemplo, resultados de uma pesquisa sobre os guardadores de carro, só ficamos sabendo que foi “dirigida pelo Professor André Portella de Souza, não publicada e realizada por suas alunas Rosângela Cerano e Lúcia de Fátima Carneiro Leão, em 1993”. O outro lado da moeda do problema da contextualização aparece em relação a alguns dados históricos apresentados. Por vezes, classificações correntes atualmente são aplicadas à descrição de fatos do passado. O autor, por exemplo, estranha que, na legislação municipal de 1886, “apesar da abolição iminente, insiste-se na repressão ao negro, a quem não se conferiam direitos como aos outros cidadãos”. Ora, se naquele momento cada vez mais setores sociais se engajavam na abolição da escravidão, ninguém sabia que a abolição oficial ocorreria dois anos mais tarde.

Alguns dados vão também na contramão de descobertas importantes da historiografia paulistana. Refiro-me, por exemplo, à alusão de que o Código de Posturas de 1886 seria o primeiro conjunto de leis municipais – composto das chamadas “posturas” – a se “consolidar” e a “formar um código; a tentativa anterior não chegou a se realizar mas é sintomática do mesmo

período”. Hoje, há provas de que o código de 1886 era uma “mera *recodificação*”, revisada e ampliada, do código anterior vigente, de 1875 (Campos, 1997c :6).

Ao lado dessa dificuldade de contextualização, o leitor ressent-se às vezes da falta de uma análise mais detida dos dados. Aguarda em vão uma reflexão sobre, por exemplo, uma certa geografia da depredação de orelhões ou sobre o que o Comando Geral da Polícia Militar classifica como “ocorrência policial em logradouros públicos”. Reflexão teórica há, mas submetida aos pressupostos de “cidadania”, “democracia”, “direito ao espaço público”. Na terceira parte do livro, essas noções são relacionadas com o debate acadêmico internacional. E se insinua o que a antropóloga Mariza Peirano, obviamente referindo-se a outro tipo de discussão, sintetiza como um risco, em trabalhos antropológicos: “a ausência da interlocução teórica que se inspira nos dados etnográficos” (Peirano, 1995:52). De fato, a solidez dos pressupostos acaba, a meu ver, cerceando as potencialidades interpretativas contidas no texto – e, em parte, nos anexos, sínteses informativas de alguns tópicos.

Uma interlocução mais intensa com as ciências sociais teria sido profícua para evitar que temas importantes fossem contaminados com juízos de valor involuntários. Ao tratar dos “degredados de Eva” (título do capítulo VII), prostitutas, michês e travestis, Yázigi lamenta, em relação às primeiras, que “a falta de perspectivas de trabalho impede uma real política de *reconquista* para o trabalho *normal*” (grifos meus).

Certamente, essas impressões, pequeno fragmento das inúmeras que o extenso livro inspira, devem muito à antropologia. Para um leitor da área de planejamento urbano, possivelmente os dados objetivos tenham um peso mais contundente; “falem por si”, de forma a dispensar interpretações suplementares. Se tudo gira em torno da “democracia”, o que vai na contramão – afinal, são tantos os “conflitos” – conclama um planejamento que “reveja todas as instituições” em favor de “civilidade”, “educação” e “capital social”. No ínterim, “o pedestre é continuamente humilhado e violentado”.

Assim, ficam claras as diferenças de aporte entre a antropologia e o planejamento urbano para a reflexão sobre a metrópole. Os objetos podem até ser almejados pelas duas áreas do conhecimento. Mas as questões do antropólogo serão outras, por se pautarem epistemologicamente no reconhecimento e registro da diversidade cultural, além da busca do significado local de comportamentos e práticas culturais (Magnani, 1996:18). Logo, as cidades – e calçadas – daí resultantes também serão outras. O planejador falará com grande propriedade de um determinado *mundo* das *calçadas*; o antropólogo, por sua vez, dos infinitos *mundos* da *calçada*.

BIBLIOGRAFIA

CAMPOS, Eudes. *A Arquitetura Paulista sob o Império. Aspectos da formação da cultura burguesa em São Paulo*. 4 vols. Tese de Doutorado, São Paulo, FAU-USP, 1997.

- FERNANDES, Florestan. *Folclore e Mudança Social na Cidade de São Paulo*. São Paulo: Editora Anhembi S.A., 1961.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Festa no Pedaco. Cultura Popular e Lazer na Cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. “Quando o campo é a cidade. Fazendo antropologia na metrópole”. In: MAGNANI, José Guilherme C. & TORRES, Lilian de Lucca (orgs.). *Na Metrópole. Textos de antropologia urbana*. São Paulo: EDUSP/Fapesp, 1996, pp. 13-53.
- PEIRANO, Mariza. *A Favor da Etnografia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.